

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº _____/2019

(Do Sr. Zé Neto)

Requer informações ao Ministro da Economia acerca da fundamentação técnica que deu origem ao Decreto nº 9737, de 26 de março de 2019, que altera a composição do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS).

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e do art. 24, inciso V, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora, ao Sr. Ministro da Economia, Paulo Guedes, o registro dos fundamentos técnicos que embasaram a edição do Decreto no. 9737, de 26 de março de 2019, que altera a composição do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS), em especial as razões para a exclusão da Caixa Econômica Federal da sua condição de membro efetivo do Colegiado.

JUSTIFICATIVA

O Decreto em questão estabelece a redução da composição do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e promove algumas alterações no Decreto 9.116/2017, que trata da composição e

organização dos Conselhos Deliberativo e Curador do FGTS. Além disso, revoga o art. 65 do Decreto 99.684, de 1990, que consolida o Regulamento do Fundo.

A composição anterior havia sido definida pelo Decreto 6.827/2009 da seguinte forma: 24 integrantes, sendo 11 do governo, mais 1 representante da Caixa Econômica federal, e 12 das entidades do mundo do trabalho, distribuída de forma paritária em: 6 representantes de entidades de trabalhadores e 6 de empregadores, listadas nominalmente as principais centrais e confederações.

Posteriormente, o normativo de 2009 foi revogado pelo Decreto 9.116, de 2017, que manteve a composição em 24 membros, nos mesmos moldes, alterando a indicação dos órgãos públicos para se adequar aa nova nomenclatura dos órgãos da estrutura do Poder Executivo, tal como definida pelo governo que se instalou após o golpe de 2016.

A composição definida pelo novo Decreto reduz para metade a composição do Conselho Curador do FGTS, que passa a ter 12 membros, sendo 06 de representação governamental e 3 das centrais sindicais e outros 3 de representantes dos empregadores. Tal redução, por ato unilateral e não acordado previamente de maneira tripartite, e sem uma justificação devida configura uma afronta à gestão do próprio Fundo, em nítido retrocesso social.

Chama a atenção ainda o fato de o novo Decreto publicado pela Presidência da República, além o tamanho do Conselho, **excluir participação da Caixa Econômica Federal** e a colocar na condição de **mero suporte técnico**. Isso indica alto risco para o destino do FGTS no que concerne especialmente a política habitacional, da qual a CAIXA e o agente financeiro mais importante, inclusive do Programa Minha Casa, Minha Vida. E de se questionar: tratar-se-ia de pavimentar o caminho para a mercantilização do FGTS? Preocupante o viés privatista subjacente a

edição deste Decreto. Não por outra razão, o diploma já é objeto de diversas proposições que visam sustar seus efeitos e com as quais estou de pleno acordo. Seja como for, considero que apresentar uma **bem fundamentada exposição de motivos** para edição de uma norma com tamanho alcance, em especial nas políticas de habitação e saneamento, é uma obrigação do governo. Eis por que apresento o presente Requerimento de Informação para cuja aprovação conclamo o apoio dos meus pares nesta Comissão.

Sala da Comissão, em de maio de 2019.

Deputado Zé Neto – PT/BA